

Regimento, um tema confuso

Marcondes Sampaio

A discussão em torno da elaboração do Regimento Interno da Constituinte está ficando tão complexa que o PFL deverá propor a designação de uma comissão incumbida de estabelecer "atos normativos" provisórios para o funcionamento da Assembleia, até a aprovação do regimento definitivo. O PFL também defenderá a regulamentação do processo de eleição do presidente da Constituinte em outro "ato normativo" específico.

Ao falar, ontem, das idéias do seu partido para o funcionamento da Constituinte, o líder peefelista Carlos Chiarelli justificou que a Assembleia não poderá ficar no vácuo, paralisando suas atividades até que o Regimento Interno esteja concluído. Em todos os partidos há parlamentares preocupados com a possibilidade de o debate em torno do Regimento prolongar-se por muito tempo, retardando o efetivo início da elaboração da nova Carta.

O líder do PMDB e do governo na Câmara, Pimenta da Veiga, voltou ontem a enfatizar a necessidade de que o Regimento fique pronto com urgência, defendendo um prazo de 10 dias para a conclusão dos trabalhos da comissão interpartidária que vai preparar esse documento.

Dois questões são mais polêmicas em relação ao Regimento: como ele deve disciplinar as atividades da Constituinte — se deve existir ou não uma grande comis-

são, por exemplo — e se será permitido, ou não, o funcionamento paralelo da Câmara e do Senado.

Hoje, parlamentares de vários partidos que são contrários à "grande comissão" terão um encontro, às 16 horas, na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara, para estudar uma ação comum capaz de inviabilizar a idéia, que tem como um dos principais defensores o futuro presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

A reunião foi convocada ontem por cinco deputados através de um texto encimado pela advertência: "Querem cassar o seu mandato". Assinam a convocação parlamentares de diferentes tendências ideológicas: o futuro líder do PDT a Câmara, Brandão Monteiro; a deputada peemedebista Cristina Tavares; o petista Vladimir Palmeira; Siqueira Campos, do PDC e Adolfo Oliveira, do PL.

O maior temor dos parlamentares que reagem à grande comissão é o de que os constituintes que não vierem a pertencer a esse grupo — que o PMDB inicialmente sugeriu ser de 83 membros — fiquem alijados dos debates e, em consequência, do noticiário sobre os trabalhos da Assembleia, com reflexos negativos junto ao eleitorado. Outra preocupação — principalmente dos parlamentares oposicionistas — é a de que a grande comissão venha a se constituírem mais um instrumento de manipulação das forças conservadoras e do presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.